



**IX ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ISSN: 2594-5688

secretaria@sbap.org.br

Sociedade Brasileira de Administração Pública

**CASOS DE ENSINO**

**ROMPENDO AS BARREIRAS À PARTICIPAÇÃO: O CASO DA CGE-  
GO**

**VICTÓRIA VILVERT COSTA, DANIEL MORAES PINHEIRO, ÉVERTON LUÍS PELLIZZARO DE  
LORENZI CANCELLIER,**

**GRUPO TEMÁTICO: 15 Casos de ensino na Adm. Pública**

IX Encontro Brasileiro de Administração Pública, São Paulo/SP, 5 a 7 de outubro de 2022.  
Sociedade Brasileira de Administração Pública  
Brasil

Disponível em: <https://sbap.org.br/>

## Rompendo as barreiras à participação cidadã: o caso da CGE-GO

### Resumo:

A Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO) criou um Ecossistema de Participação Cidadã, a tríade composta por projetos que incentivam a participação cidadã e o controle social. Mas a equipe da CGE-GO está com dificuldades para estimular e garantir a ampliação e pleno funcionamento deste ecossistema. Henrique Ziller, Diego, Lucélia, Marjorie e toda a equipe precisam buscar estratégias para que a tríade de projetos não seja somente dependente da instituição, mas parte da sociedade civil. Para isso, precisam de estratégias para mitigar os riscos a fim de manter vivo o Ecossistema de Participação Cidadã.

### Introdução

É fim de tarde e o sol está se pondo, o céu mais lindo do país mostra mais uma vez o porquê de ser conhecido como o mar de Brasília. Contemplando a vista, Henrique Ziller, um mineiro torcedor do Galo, se torna servidor público. Ele passou em dois concursos públicos na capital federal, mas escolheu o Tribunal de Contas da União (TCU) para seguir como auditor de controle externo. Durante a sua caminhada no órgão conheceu iniciativas e organizações da sociedade civil, assim como muitas pessoas, as quais enxergavam junto com ele um propósito de vida: assegurar a boa e regular aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Junto dessas pessoas e desse propósito, enquanto auditor do TCU, vivenciou experiências voluntárias e criou o Instituto de Fiscalização e Controle (IFC). Por meio destas atividades, teve a oportunidade de ocupar cargos de controlador-geral no Distrito Federal e Goiás, assim como pode conhecer o controle social e compreender os benefícios deste para o exercício da cidadania.

Em Goiás, o controlador-geral da CGE-GO pode se aproximar ainda mais do controle social, montando uma equipe especializada e destinando estrategicamente uma área de atuação específica por meio da criação da Subcontroladoria de Governo Aberto e Participação Cidadã. Dessa forma, a Controladoria passa a atuar não somente com as áreas de auditoria, correição e controle interno do poder público, mas também com o controle social e participação cidadã.

Ao iniciar as atividades na área, a equipe da CGE-GO que possui como atribuição à transparência e o exercício do controle social do Estado identificou desafios que precisaram ser enfrentados. O controlador-geral está preocupado, sua equipe apreensiva, a Controladoria precisa enfrentar barreiras à participação do seu ecossistema.

### A estrutura da CGE-GO

A Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO) é o órgão central dos Sistemas de

Controle Interno, Transparência, Ouvidoria e Correição do Poder Executivo Estadual, integrante da estrutura de administração direta do Governo do Estado de Goiás. A partir de legislações estaduais, competências são estabelecidas a CGE-GO a fim de nortear a sua atuação institucional.

O time da CGE-GO está relacionado diretamente ao Gabinete do Chefe da CGE, o controlador Henrique Ziller, junto ao Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção. Além disso, há duas Subcontroladorias, a de Controle Interno e Correição, e a Subcontroladoria de Governo Aberto e Participação Cidadã, seguidas de seis superintendências, responsáveis por atender ao cidadão por meio de suas atividades.

A estrutura da CGE-GO se encontra de maneira detalhada em seu Planejamento Estratégico, o qual foi desenvolvido para os anos entre 2020 e 2023 e reflete uma nova abordagem da atuação da Controladoria. As ações são baseadas em auditorias e inspeções preventivas que agreguem valor à instituição, com atividades correcionais adequadas e efetivas, buscando excelência na atividade de auditoria interna, fomentando à gestão de riscos, fortalecendo a transparência e o controle social.

Para compreender melhor toda essa experiência, é preciso conhecer mais de perto a Subcontroladoria de Governo Aberto e Participação Cidadã, onde se encontra a Superintendência de Participação Cidadã, que conta com a Gerência de Controle Social e a Gerência de Ouvidoria. Por meio da Gerência de Controle Social as iniciativas dessa experiência são promovidas, com foco no empoderamento da democracia, prevenção à corrupção e fortalecimento da cidadania, contribuindo para aproximar a sociedade e o Governo, abrindo a oportunidade para que os cidadãos acompanhem as ações estatais e cobrem uma boa gestão pública. Cabe a esta Gerência informar e instruir de forma didática sobre o direito do cidadão em intervir nas ações da administração pública e também sobre sua obrigação em monitorar o andamento da gestão governamental.

A estrutura desenvolvida pela Gerência de Controle Social foi sendo aprimorada e possui planos para a construção de um ecossistema de participação, mas para chegar até essa conquista são anos de histórias e trajetórias, encontros e reencontros, desafios e muito trabalho.

### **O primeiro passo da caminhada**

Henrique Ziller, nasceu em Minas Gerais, terra que quem conhece não esquece jamais, mas foi em Brasília que ingressou no serviço público como auditor do Tribunal de Contas da União (TCU). Até hoje seus olhos brilham ao lembrar das informações referentes a missão, visão e valores do TCU, principalmente do que leu como missão da instituição e costuma repetir sempre que perguntam: a

missão é assegurar a boa e regular aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade. Esse foi o primeiro passo da caminhada, foi quando ele se sentiu tocado e percebeu que a missão da instituição era a missão de vida que ele queria.

Animado e bastante convicto da sua escolha, tomou posse como auditor de controle externo do TCU. Tudo parecia correr bem, mas rapidamente percebeu que os desafios eram muitos e que havia uma distância entre a missão e o contexto vivenciado. Ficou por alguns anos refletindo e tentando encontrar respostas para essa distância tão grande entre o que está escrito e o que é feito.

Durante esse período de incômodo, de inquietação, o então auditor do TCU conheceu algumas iniciativas e organizações da sociedade civil que buscavam atuar com a fiscalização e controle social, por meio de espaços de participação conjunta com o cidadão. Foram experiências que o motivaram a fazer trabalhos voluntários e até chamar colegas auditores para que pudessem atuar orientando estas organizações a fazerem trabalhos de fiscalização junto a diversos municípios do país. Um trabalho desafiador, difícil de conciliar com a rotina de auditores, cansativo, mas bastante gratificante.

Todo esse contexto o fez refletir e pensar que ao mesmo tempo que enxerga um órgão de controle oficial com desafios frente a capacidade de cumprir sua missão, teve a oportunidade de conhecer experiências que deram certo com os cidadãos mobilizados para cuidar do que é deles. Foi então que conversando com as organizações, colegas, e refletindo muito, que criaram o Instituto de Fiscalização e Controle (IFC), uma instituição privada sem fins lucrativos que busca fomentar a iniciativa popular para a fiscalização e controle social da Administração Pública em todas as esferas de poder. A caminhada conjunta ganhava ainda mais colaboradores, entre eles Diego, mais um entusiasta que sonha com a missão de vida. Diego era secretário executivo do IFC e um companheiro fiel de Ziller. Além disso, junto ao IFC criaram uma ferramenta de controle social, a qual chamaram de Auditoria Cívica.

A Auditoria Cívica consistia em caravanas por diversos municípios, onde o IFC junto a organizações da sociedade civil, levando especialistas em gestão e controle para treinar cidadãos interessados em fazer auditoria em um setor específico do poder público, saúde da família. Assim, quem participava do treinamento estava apto para fiscalizar, questionar e cobrar com maior clareza e autonomia o poder público, desenvolvendo ações de melhoria para as cidades a partir de um relatório entregue aos respectivos responsáveis. Após a entrega, os cidadãos monitoravam, cobravam e retornavam para avaliar os resultados.

Foram mais de 90 auditorias cívicas pelo Brasil, e uma delas os fizeram brilhar os olhos: São

José dos Pinhais, no Paraná. Como de costume depois da Auditoria Cívica a equipe e os cidadãos retornavam após três meses para acompanhar os resultados, e adivinhem? Foram mais de 95% das recomendações atendidas pela prefeitura, um momento que fez toda a equipe perceber que estavam caminhando na direção correta.

Apesar dos resultados positivos, os desafios e resistências eram inúmeros. A equipe do IFC precisou lidar com períodos de baixo engajamento por parte da sociedade civil, assim como ameaças durante as viagens para as cidades. O desenvolvimento dos relatórios das Auditorias Cívicas identificava diversos pontos de melhoria e isso incomodava algumas pessoas. Ao longo da caminhada, com as Auditorias Cívicas foram percebendo que existia uma dependência do cidadão para com a equipe do IFC, os grupos locais não tinham a cultura de participação sem a coordenação. Esse contexto emitiu um alerta e a equipe ficou preocupada, passando a refletir sobre possíveis futuros passos.

A Auditoria Cívica trazia bons resultados, mas como poderia ser absorvida pelos cidadãos? A equipe do IFC estava preocupada, mas alguns acontecimentos fizeram com que a caminhada pudesse prosseguir mais uma vez. Henrique Ziller depois de algumas experiências, foi convidado para ocupar o cargo em comissão de controlador-geral do Distrito Federal.

Diego foi convidado a acompanhar Ziller na Controladoria-Geral do Distrito Federal, onde puderam levar ao governo iniciativas que faziam no IFC. Os projetos de Auditoria Cívica na área de saúde permaneceram por um período, mas logo migraram esta experiência para a área de educação. A metodologia permanecia a mesma, mas dessa vez os cidadãos interessados eram os alunos de 10 escolas do Distrito Federal.

O controlador-geral e toda a equipe ficaram impressionados com os resultados, e logo perceberam que o tipo de relação do cidadão auditor cívico com a área de saúde é muito diferente do estudante auditor cívico da sua escola: o estudante tem uma relação simbólica com a escola. Assim, inicia a primeira aproximação da equipe com os estudantes auditores cívicos, mas os próximos passos não foram sob o céu do Distrito Federal. Seguiram na mesma direção, mas dessa vez em Goiás.

### **A chegada na CGE-GO: Ecossistema de Participação Cidadã**

Sob o céu de Goiás, chegamos a Controladoria-Geral do Estado, onde Henrique Ziller foi convidado para atuar como controlador-geral e Diego o acompanhou, ocupando o cargo de subcontrolador de governo aberto e participação cidadã. Junto deles, além de toda a equipe, duas

grandes mulheres ingressaram nessa caminhada, Lucélia, servidora pública da CGE-GO, e Marjorie, gerente de controle social.

Com uma equipe diversificada e especializada, a CGE-GO fortalece a caminhada e se torna um passo importante na caminhada do controle social. O primeiro projeto, embrião do Ecossistema de Participação Cidadã – um ecossistema que busca a criação e fortalecimento de mecanismos de fomentem a cultura política cidadã - ficou conhecido pela equipe como Estudantes de Atitude, executado em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Goiás.

Uma iniciativa que permitiu que professores e alunos apresentassem e implementassem soluções para conservação do patrimônio escolar, melhor uso dos recursos escolares, transparência e controle social de forma *gamificada*. E para ampliar ainda mais a participação dos estudantes a equipe da instituição pensou em uma competição entre as escolas, uma gincana. Imaginem a animação dos alunos, eles interagem e se sentiam protagonistas, é possível notar como o projeto ajuda a despertar o senso de pertencimento não apenas nos alunos, mas também em toda a comunidade escolar: professores, equipe administrativa, pais e responsáveis.

O coração do projeto continua sendo a chamada Auditoria Cívica, onde os estudantes realizam avaliações das estruturas da escola por meio de checklists elaborados pela CGE-GO. Os estudantes são convidados a refletir sobre os desafios encontrados por sua escola e, acima de tudo, a sentirem-se parte do processo de resolução destes problemas.

O reflexo positivo do engajamento é demonstrado pelos resultados obtidos pelas escolas. Tendo em mãos os relatórios gerados pela auditoria cívica, elas recebem o “desafio” de executar uma proposta de intervenção na escola. Banheiros podem ser reformados, bibliotecas erguidas, quadras de futebol e espaços de convivência construídos. Mas também, há espaço para a subjetividade. Se a escola identificar que há necessidade, também pode ser executada uma ação educativo-emocional pelo time de professores e alunos. O foco são ações que transformem a realidade das escolas e demonstrem o potencial da participação e do controle social.

Os olhos do controlador-geral brilhavam, Diego sempre animado, Lucélia não piscava, já pensava em todas as possibilidades para que tudo corresse bem, junto a equipe que não media esforços. Foram 328 escolas, 36 municípios, e também foram disponibilizadas vagas para as instituições ligadas ao sistema socioeducativo, tudo isso em uma edição piloto. Após esse escopo inicial, 103 escolas aderiram ao projeto, 21 municípios, e duas instituições do sistema socioeducativo.

Os alunos estavam animados, monitoravam suas contribuições e a equipe continuava a se

surpreender, e com histórias emocionantes para contar. Uma dessas histórias é a do João, que com seu grupo arrumou a porta do banheiro da escola. Após o concerto, ele ficava de olho para que ninguém estragasse ela novamente, e dizia que a porta agora era um pouco dele também.

Outra história marcante foi durante um encontro de controladores, em que a CGE-GO convidou uma das professoras para compartilhar com a comunidade institucional um pouco mais sobre a atuação na sua escola. Ela até tentou, mas as lágrimas foram recorrentes, cobertas de muita emoção. Professora Mariana recordou o projeto de Pedro e seu grupo: eles priorizaram a manutenção do portão da escola e organizaram um mutirão, chamando familiares e amigos para ajudar na reforma.

Pedro sempre foi um aluno bastante difícil, não participava das aulas, não queria prestar atenção, estava longe de tirar boas notas, mas sempre foi um menino muito especial. Durante o projeto ele se transformou, principalmente quando viu um certo alguém ajudando, seu pai. Ele sempre foi bastante ausente, violento, com problemas e vícios referentes ao álcool. Pedro não tinha uma relação próxima com ele e foi no projeto que pode reencontrá-lo, a partir da participação e entusiasmo do pai para ajudar e deixar a sua escola um espaço ainda melhor. Ele também teve uma mudança radical no seu comportamento em sala de aula, se tornou um aluno mais participativo. Essa história mexeu muito com todos: a equipe, os professores e também com uma família.

Nesse contexto, a equipe da CGE-GO levantou algumas informações importantes. Ao todo, a Auditoria Cívica produziu 5.376 relatórios de auditoria, envolvendo 96% das escolas participantes e resultando em 65% de projetos implementados nas escolas. Mas algumas dificuldades e desafios surgiram, fazendo com que a equipe da CGE-GO tivesse que se reinventar, mantendo o ecossistema somente no formato digital por um período. Contudo, o projeto já contava com mais de 400 escolas pré-inscritas para a sua segunda edição, permitindo que fosse consolidada a primeira parte do ecossistema.

Depois da tempestade vem a bonança. Nesse contexto, a equipe mais uma vez avança e cresce. Essa afirmação pode ser até literal, visto que Lucélia engravida, mas logo precisa se afastar por um período para a sua licença maternidade. Enquanto o bebê tinha o cuidado especial da mamãe, Marjorie vem somar à equipe com seu perfil dinâmico e organizado, assim como o de Lucélia.

Diego e Ziller, inquietos, juntamente com a equipe agora liderada por Marjorie, precisam avançar. Existe uma demanda ainda maior da sociedade goiana por iniciativas de engajamento cívico, e os projetos serão desenvolvidos por meio digital. O primeiro passo foi dividir essa responsabilidade, Diego teve a ideia de fazer uma pesquisa com a base de dados de usuários da Ouvidoria-Geral do

Estado. Com mais de 2 mil respostas obtidas, os resultados evidenciaram a demanda adormecida por iniciativas de participação cidadão.

A equipe comemorou muito, foram 86,69% dos participantes que manifestaram interesse na certificação. Além da comemoração, veio um outro passo, a construção do segundo nível do ecossistema que acompanharia o Estudantes de Atitude, o Embaixadores da Cidadania.

Em parceria com a Universidade Federal de Goiás, o Projeto Embaixadores da Cidadania, um projeto de extensão da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE/UFG), visa capacitar cidadãos em temas referentes à cidadania e à participação social, aproximando o cidadão da sua comunidade e dos espaços de tomada de decisão. O projeto é dividido em duas etapas: a primeira é a chamada Etapa Teórica, na qual os participantes realizam cursos teóricos e atividades propostas. A segunda etapa é denominada Etapa Prática, na qual os participantes desenvolvem uma proposta de resolução de algum problema identificado nas comunidades em que estão inseridos, chamado de “Desafio de Impacto Social”. As propostas de Desafio de Impacto Social são analisadas por uma Comissão Avaliadora, composta por professores da UFG e servidores da CGE. Todos os participantes que finalizam as duas etapas recebem o certificado de participação pela UFG, mas somente os 10 participantes com Desafios mais bem avaliados são contemplados com prêmios em dinheiro.

O Embaixadores da Cidadania estimulou o surgimento de boas práticas inovadoras, envolvendo iniciativas como hortas culturais, estruturação para acessibilidade e oportunidades de ensino a mães solo, certificando cada uma das iniciativas. Além disso, a equipe precisou de uma estrutura com tutorias e profissionais que avaliassem os projetos desenvolvidos pelos embaixadores, e adivinhem, foram muitos os voluntários que ajudaram.

Neste ponto, a equipe identificou que um dos maiores desafios estava na necessidade de se estabelecer uma transição entre o projeto Estudantes de Atitude e o Embaixadores da Cidadania, visto que o primeiro projeto criado tem como foco a vivência e prática cidadã a partir de atividades nas escolas e o Embaixadores da Cidadania passa a explorar conhecimentos teóricos e elaboração de projetos mais robustos.

Por isso, buscando uma transição entre os objetivos esperados em cada projeto, a equipe cria um terceiro projeto, o Agentes da Cidadania. O projeto é muito parecido com o Embaixadores da Cidadania, mas seu foco é uma formação mais enxuta, é uma capacitação gratuita, 100% virtual, exclusiva para cidadãos residentes no Estado de Goiás que tenham mais de 16 anos de idade. Este



projeto tem como foco a democracia e a participação cidadã com o propósito de aproximar o cidadão do Governo, desenvolvendo na população a participação social e a cidadania por meio do conhecimento das ferramentas disponíveis no setor público, tais como os sistemas de Ouvidoria, os Portais da Transparência, entre outras.

Dessa forma, o Ecossistema de Participação Cidadã é construído a partir de uma tríade: Estudantes de Atitude, Agentes da Cidadania e Embaixadores da Cidadania. A metodologia foi desenvolvida a fim de dar continuidade ao engajamento do estudante que inicia sua aproximação com o controle social com o Estudantes de Atitude, depois pode se capacitar com o Agentes da Cidadania, e propor um projeto com o Embaixadores da Cidadania. Os resultados passam a estimular ainda mais a equipe.

Tabela 1 – Indicadores de Resultados do Ecossistema de Participação Cidadã

Objetivo da iniciativa	Resultados
Escolas atendidas pelo projeto “Estudantes de Atitude” (ano 01)	103
Alunos atendidos pelo projeto “Estudantes de Atitude” (ano 01)	5.376
Professores atendidos pelo projeto “Estudantes de Atitude” (ano 01)	269
Escolas premiadas pelo projeto “Estudantes de Atitude” (ano 01)	10
Índice de participação das escolas na etapa de “Auditoria Cívica” do projeto “Estudantes de Atitude” (ano 01)	96%
Índice de implementação de projetos de intervenção resultantes dos relatórios de auditoria no projeto “Estudantes de Atitude” (ano 01)	65%
Inscrições recebidas pelo projeto “Embaixadores da Cidadania” (ano 02)	1.285
Vagas disponibilizadas pelo projeto “Embaixadores da Cidadania” (ano 02)	611
Desafios de Impacto Social recebidos no “Embaixadores da Cidadania” (ano 02)	163
Desafios de Impacto Social premiados pelo “Embaixadores da Cidadania” (ano 02)	10
Cidadãos formados no “Embaixadores da Cidadania” (ano 02)	183
Podcasts produzidos para difusão do conhecimento no “Embaixadores da Cidadania” (ano 02)	15
Inscrições recebidas pelo projeto “Agentes da Cidadania” (ano 03)	3.052
Vagas disponibilizadas pelo projeto “Agentes da Cidadania” (ano 03)	2.074
Participações na atividade sobre Ouvidoria Geral do Estado de Goiás no “Agentes da Cidadania”	816
Municípios goianos com cidadãos formados no “Agentes da Cidadania” (ano 03)	111
Cidadãos formados no “Agentes da Cidadania” (ano 03)	550

Fonte: Controladoria-Geral do Estado de Goiás

Ao ver os números, a equipe se emociona. Ziller e Diego recordam os desafios do início de suas trajetórias onde poucos acreditavam, onde parecia sem sentido persistir, onde o risco era iminente. Hoje os projetos já atenderam diretamente mais de 8.000 pessoas, sem contar os beneficiários indiretos de iniciativas gestadas e premiadas. A emoção é ainda mais forte quando o controlador-geral conversa com a equipe. Preocupado, Diego já segurava uma caneta na mão inquieto, Marjorie parecia aflita, e Lucélia que recém retornou ao trabalho também parecia angustiada junto a

toda equipe. **O controlador-geral então comenta: criamos uma tríade que chamamos de Ecosistema de Participação Cidadã, mas de que forma podemos estimular e garantir a sua ampliação e pleno funcionamento? Quais seriam os próximos passos para incentivar a ocupação destes espaços de participação? Como podemos mitigar os riscos para que o ecossistema se mantenha vivo na sociedade sem tanta dependência institucional?**

## Notas de Ensino

### Objetivos Educacionais

Este caso foi construído para colaborar com a emergente discussão acerca do envolvimento da sociedade civil com os processos de tomada de decisão e formulação de políticas públicas no Estado Brasileiro, a partir do caso analisado na Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO). Para além disso, busca evidenciar aos alunos da área de Ciências Sociais Aplicadas as diferentes formas de participação do cidadão em processos para além do binômio formulação-implementação, tornando-o um coprodutor e proprietário das políticas implementadas.

A história do caso de ensino propicia a reflexão e a discussão acerca de determinados conteúdos relacionados a participação cidadã e os desafios da democracia brasileira, dentre os quais:

- 1) Cultura Política e Democracia;
- 2) Participação Cidadã e Educação Política

### Fonte de dados

Este caso de ensino é uma história real, inspirada em experiências vividas por membros da equipe da Controladoria-Geral do Estado de Goiás no contexto da administração pública e sua relação na construção de políticas públicas junto a sociedade civil. Para tanto, foram analisados documentos fornecidos pela organização, assim como foram feitas entrevistas no formato digital e presencial. Os nomes de alguns personagens seguem a história real, Henrique Ziller, Diego, Lucélia e Marjorie. Outros são fictícios, João, Mariana e Pedro.

### Proposição de Análise

O presente caso propõe uma análise junto aos conceitos teóricos de cultura política, democracia e participação.

Kuschnir e Carneiro (1999) trazem a noção de cultura política ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão origem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores. Estes atores são aqui evidenciados pelos estudantes, professores, familiares e demais envolvidos direta ou indiretamente aos projetos apresentados, assim como os servidores da CGE-GO, que planejam, executam e são parte desse processo político junto ao Ecossistema de Participação Cidadão, que é responsável por dar significado a este processo.

Essa participação junto a instituição, assim como a escola e demais espaços para atuação democrática trazem também o conceito de cultura política de Moises (2008), que a compreende como uma variedade de atitudes, crenças e valores políticos – como orgulho nacional, respeito pela lei, participação e interesse por política, tolerância, confiança interpessoal e institucional – a qual afeta o envolvimento das pessoas com a vida pública. Dessa forma, o comportamento é influenciado por esse estímulo ao envolvimento na tríade de projetos e a participação junto a equipe da CGE-GO, visto que o ecossistema afeta o envolvimento das pessoas com a vida pública, por meio de atitudes e valores construídos por um senso de pertencimento. Ao alterar a área de atuação do projeto para a Educação, cria-se uma relação simbólica entre a comunidade escolar e o espaço público, demonstrando o potencial da participação e do controle social, mas também a construção de uma confiança interpessoal e institucional.

A construção do conceito de cultura política emerge da necessidade de se tentar abarcar essas dimensões subjetivas que podem explicar os comportamentos políticos dos indivíduos diante do sistema político (BAPTISTA, 2015, p. 666). Por isso, ao analisar o depoimento dos estudantes é possível identificar o reflexo positivo do engajamento gerado pelas atividades de auditoria, apontando elementos motivadores como o de João, que monitorava a porta do banheiro por agora perceber que ela é um pouco dele também, ou seja, a ação de perceber o problema e ser parte da solução arrumando-a, norteou a sua atitude política.

Ao analisar a estrutura proposta pela CGE-GO em seu planejamento estratégico, trazendo dimensões de controle social e participação aos seus objetivos institucionais, é possível identificar características de dois tipos básicos de cultura política para análise: cultura política da sujeição e cultura política da participação (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999). A primeira se refletimos a partir da ideia de que a instituição e seus dirigentes poderiam ter a percepção e valores somente ligados as estruturas executivas e administrativas, dando respostas às demandas individuais e coletivas da

sociedade somente pelo poder público, gerando um afastamento entre governo e sociedade civil. Contudo, a cultura política de participação foi identificada como uma prioridade, ou seja, trazendo os sistemas nos quais as percepções, sentimentos e valores sobre o sistema político são mais equilibradamente distribuídos junto a sociedade civil, a partir das experiências com organizações como o IFC e os cidadãos no Ecosistema de Participação Cidadã.

Dessa forma, o conceito de cultura política infere não a partir das características de suas instituições nem das condições sociais prevalentes, mas das atitudes individuais observadas empiricamente em diferentes sistemas políticos democráticos (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 231). Portanto, do julgamento decorrente dessas experiências apresentadas no caso, sob influência de orientações da cultura política, é possível identificar as formações de atitudes de adesão democrática, satisfação com o regime e confiança entre os cidadãos, sociedade civil e as instituições do poder público vistas nesse ecossistema.

Além dos conceitos teóricos de cultura política, a teoria da democracia, em diferentes obras ao longo da história, pode ser percebida a partir de um duplo compromisso que envolve participação e educação/informação (DANTAS, 2017). Para tanto, no caso é possível identificar esse duplo compromisso desde as escolhas dos atores políticos ao perceberem a missão por meio do cidadão engajado, mas também na continuidade até chegar a instituição pública, com alterações na lógica cultural, aproximando o poder público das organizações da sociedade civil, dos cidadãos, e preparando-os através da educação cívica para participar, dialogar e desenvolver políticas em conjunto.

Outro elemento fundamental pode ser compreendido a partir do conceito de Baquero (2008) referente à qualidade da democracia junto ao grau de envolvimento dos cidadãos na política. Dessa forma, o Ecosistema de Participação Cidadã é identificado como um elemento de cidadania ativa que envolve a arena pública (poder público, cidadãos, comunidade escolar, organizações da sociedade civil, universidades) com construções conjuntas, por meio de mecanismos formais e informais, sem que isso comprometa as instituições convencionais de mediação política. Ou seja, ao envolver a sociedade civil no processo de construção democrática há um ganho de legitimidade.

Importante mencionar o desafio a percepção de Bobbio (1986) sobre o fato de ser a “educação política a promessa não cumprida da democracia”. Autores como Marinho e Dantas (2019) trazem a reflexão do quanto a Administração Pública tem se esforçado para a consolidação dessas garantias, as quais podem ser vistas a partir da experiência do Ecosistema de Participação Cidadã, o qual envolve elementos de cidadania não somente a partir do exercício do controle social, mas fomentando a cultura

política cidadã, capacitando por meio de metodologias dinâmicas e interativas com apoio de universidades para que esse exercício seja consciente.

Beresford e Croft (1993), ao desenvolverem uma metodologia para o envolvimento ativo dos cidadãos em serviços públicos, dão ênfase a dois elementos essenciais para a estruturação de um ambiente contínuo de participação: o empoderamento dos participantes e o suporte constante ao envolvimento. Por isso, a tríade de projetos vem sendo construída por meio desse desafio de empoderar os cidadãos e disponibilizar suporte para que continuem envolvidos com o ecossistema. Ao desenvolver as iniciativas de Auditoria Cívica a equipe percebeu que a área de atuação fazia toda a diferença, precisava de um senso de pertencimento, uma relação simbólica, encontrando-a entre a comunidade escolar e as escolas. Com o desafio de manter o estudante engajado e motivado, a Gerência de Controle Social percebeu que o Estudantes de Atitude precisava de uma continuidade, desenvolvendo o Embaixadores da Cidadania. Contudo, o estudante precisava de uma base de conteúdos para compreender o sistema de cidadania antes de propor possíveis soluções de impacto social, por isso os projetos se complementam com o Agentes da Cidadania que proporcionaria a transição.

Contudo, essa interação construtiva entre sociedade e Estado é como um ciclo, precisa ser constante, assim como uma política pública. Para tanto, o ponto essencial à consolidação da democracia é identificado por muitos autores como a educação política. Tais pesquisas partem da ideia de que o exercício da cidadania demanda que o cidadão deva estar devidamente preparado para sua prática: “a educação torna-se central ao conceito de cidadania, tendo como papel fundamental transformar o homem em cavalheiro, ou seja, promover a conscientização necessária à evolução do sujeito como cidadão” (MARSHALL, 1967). Portanto, ao educar um cidadão o Estado o prepara para o conhecimento sobre o mundo natural, físico, social, tanto quanto para a tomada de decisões de cunho político, sendo ele, dessa maneira, um agente em potencial para a transformação social (MARINHO; DANTAS, 2019).

### Questões para discussão do caso:

- 1- De acordo com o conceito de cultura política, como você analisa a relação simbólica entre o estudante e a escola no projeto Estudantes de Atitude? Quais as diferenças com o projeto de Auditoria Cívica na área de saúde desenvolvido pelo IFC?**

R: A noção de cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão origem

e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores. Dessa forma ao analisarmos os dois projetos podemos perceber que a maior diferença é pelo senso de pertencimento desenvolvido. Os estudantes amam a escola, ela é parte de sua vida diária, são criados laços e relacionamentos interpessoais que baseiam o seu comportamento. Já no projeto na área de saúde, a proximidade não é vista com a mesma naturalidade, existe uma distância por não ser um processo vivenciado com a mesma familiaridade. Por isso, ao analisar o projeto nas escolas podemos perceber o quanto os estudantes se tornaram parte das ações que desenvolveram, como foi natural o controle gerado ao finalizarem. Diferentemente da saúde, onde sem a presença da equipe institucional não havia engajamento à participação.

**2- Fundamentando-se no conceito de Educação Política, como você avalia os resultados do Estudantes de Atitude? Quais são os elementos usados no projeto que podem ser identificados como engajamento para o exercício da cidadania?**

R: Os elementos presentes são principalmente o incentivo a construção de sentidos de pertencimento que permitem que o exercício da cidadania deixe de ser uma “obrigação” e se torne um comportamento cultural. Para isso a escola tem um papel importante, pois são espaços que efetivam os processos de subjetivação política, uma vez que nesses contextos crianças e adolescentes são convidados a enfrentar situações que os colocam permanentemente diante da diferença, em termos de diferença, em termos de opiniões, hábitos e valores. É neste contexto de negociações e tensões de convivência social que as práticas dos projetos acabam enraizando valores e elementos culturais simbólicos que alteram uma lógica de participação, tornando esta criança ou jovem parte de um processo, um engajamento que surge naturalmente através de um pertencimento de ator político.

**3- Fundamentando-se no conceito de Educação Política, como você avalia os resultados do Agentes da Cidadania? Quais são os elementos usados no projeto que podem ser identificados como engajamento para o exercício da cidadania?**

R: O Agentes da Cidadania é um projeto de transição para os jovens que participavam do Estudantes de Atitude e ficavam um certo período afastados do Ecosistema de Participação Cidadã. A CGE-GO ao criar o Embaixadores da Cidadania percebeu a necessidade de uma capacitação anterior para que o engajamento pudesse ser mantido e para avançar trazendo aspectos teóricos básicos sobre o sistema da cidadania. Ou seja, o projeto tem um papel importantíssimo educativo na transição do estudante ao seu papel como cidadão.

**4- Fundamentando-se no conceito de Educação Política, como você avalia os resultados do**

### **Embaixadores da Cidadania? Quais são os elementos usados no projeto que podem ser identificados como engajamento para o exercício da cidadania?**

R: O Embaixadores da Cidadania tem a missão de aproximar o cidadão da sua comunidade e dos espaços de tomada de decisão, ou seja, ao iniciar com o Estudantes de Atitude esses jovens criam laços e senso de pertencimento com a escola. O Agentes da Cidadania traz os aspectos teóricos básicos para que esse estudante se enxergue como cidadão dentro do sistema político, sendo parte dele. Por fim, o Embaixadores avança ao desenvolver o cidadão como parte do poder público, capacitando-o para resolver desafios de impacto social. Uma construção cultural a partir da educação política por meio do Ecossistema de Participação Cidadã.

### **Sugestão para um plano de ensino**

Este caso de ensino pode ser utilizado em uma sessão de, pelo menos, 90 minutos. A sessão deve ser conduzida, preferencialmente, com alunos que já estejam familiarizados com alguns temas relativos à cultura política e democracia, assim como à participação cidadã e educação política.

O caso deve ser entregue aos alunos antecipadamente, para que façam uma leitura e estudo prévios ao debate em sala de aula e apreendam o assunto discutido.

Sugere-se que os primeiros quarenta minutos da sessão de ensino sejam utilizados para o debate do caso em pequenos grupos (3 ou 4 alunos). Nessa ocasião é importante que os estudantes procurem esclarecer eventuais dúvidas sobre o caso, dividir opiniões sobre a história narrada e busquem responder às questões sugeridas para o caso (ou outras questões que o professor acredite serem pertinentes).

Em seguida, é conveniente que aconteça um debate no grande grupo (toda a turma) e que, com a condução do professor, sejam confrontadas as opiniões e as respostas dos diferentes grupos anteriormente formados.

Para melhor fixação do tema explorado, ao final da sessão, é interessante que o professor conduza uma retrospectiva resumida do conteúdo teórico explorado e sua aplicação no caso analisado, sanando ainda eventuais dúvidas que tenham ficado sem respostas.

### Referências bibliográficas

ALMOND, G.; VERBA, S. **The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BAPTISTA, L. **O conceito de Cultura Política: das origens na ciência política norte-americana à historiografia contemporânea**. Paris: Anais do V Encontro Internacional UFES/Paris-Est, 2015.

BAQUERO, M. **Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil**. Opinião Pública, Campinas, vol. 14, nº2, novembro, 2008, p.380-413.

BERESFORD, Peter; CROFT, Suzy. **Citizen Involvement: A Practical Guide for Change**. Londres: MacMillan Press, 1993.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CASTRO, L. R. de. **Participação Política e Juventude: fazer mal-estar à responsabilização Frente ao destino Comum**. Revista de Sociologia e Política, 16 (30), 2008, p. 253-268.

Controle Social CGE-GO. Disponível em: <https://www.controladoria.go.gov.br/o-que-fazemos/controle-social.html> > Acessado em 29 de abril de 2022.

DANTAS, H. **Educação Política: sugestões de ação a partir de nossa atuação**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Movimento Voto Consciente, 2017.

KUSCHNIR, K; CARNEIRO, L. P. **As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 1999, p. 227-250.

MARINHO, R. U.; DANTAS, H. **Educação Política: da produção dos parlamentares brasileiros no Congresso Nacional à inconstitucionalidade de seus objetivos**. Revista Política Hoje, volume 28, n. 2, 2019.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Ed. Vozes, São Paulo, 1967.

MOISÉS, J. A. **Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 23, nº66, fevereiro, 2008, p.11-43.

Planejamento Estratégico CGE-GO. Disponível em: [http://wwwold.controladoria.go.gov.br/cge/wp-content/uploads/2020/04/Planejamento\\_Estrategico\\_2020\\_2023.pdf](http://wwwold.controladoria.go.gov.br/cge/wp-content/uploads/2020/04/Planejamento_Estrategico_2020_2023.pdf) > Acessado em 29 de abril de 2022.